

# Estudo Técnico Preliminar 57/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 48340003052/2024-99

## 2. Descrição da necessidade

A presente licitação visa a contratação de empresa especializada, para, por demanda, para realizar exames médicos periódicos nos servidores ativos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos servidores nomeados exclusivamente para o exercício de cargos em comissão, dos empregados públicos anistiados que compõem o quadro especial em extinção, sob o regime celetista, dos ocupantes de cargo de Natureza Especial – NES, e dos requisitados de outros órgãos, em exercício neste Ministério de Minas e Energia – MME, em Brasília, Distrito Federal.

A realização de Exames Médicos Periódicos constitui ação institucional, que tem por objetivo avaliar o estado de saúde dos servidores buscando identificar precocemente possíveis alterações, de forma a minimizar os riscos de afastamentos para tratamento de saúde por longos períodos.

Os exames periódicos deverão avaliar e identificar possíveis manifestações patológicas e riscos em potencial causados ou não pelo trabalho. Além disso, os exames devem ser capazes de reconhecer estilos de vida que venham a interferir diretamente na qualidade de vida do trabalhador, tais como: hipertensão arterial, diabetes, obesidade, dislipidemias (alterações na taxa de colesterol e triglicérides), infecções urinárias, entre outras.

A própria constituição do trabalho contemporâneo oferece riscos à saúde, pois o tempo dedicado pelo servidor em suas atividades diárias, as pressões e responsabilidades assumidas no ambiente de trabalho, o nível de estresse a que estão submetidos e o pouco tempo disponível para os cuidados com a própria saúde, constituem agravos à saúde, dessa forma a realização de exames médicos periódicos devem ser considerados como uma ação preventiva no combate ao adoecimento dos servidores e como indicadores de vigilância epidemiológica aos ambientes de trabalho e para subsidiar a adoção de ações para promoção à saúde.

Nessa direção, é importante e necessário que este Ministério de Minas e Energia realize esse acompanhamento da saúde dos seus servidores de modo a prevenir o adoecimento, sobretudo pós pandemia do COVID 19.

Os exames médicos periódicos foram estabelecidos pelo Artigo 206-A da Lei nº 8.112, de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 6.856/2009, permitindo a Administração avaliar as condições de saúde dos servidores, detectando precocemente doenças relacionadas ou não ao trabalho, vejamos:

*Art. 206-A. O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento.*

*Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, a União e suas entidades autárquicas e fundacionais poderão:*

*I - prestar os exames médicos periódicos diretamente pelo órgão ou entidade à qual se encontra vinculado o servidor;*

*II - celebrar convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, suas autarquias e fundações;*

*III - celebrar convênios com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão, que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, na forma do art. 230; ou*

***IV - prestar os exames médicos periódicos mediante contrato administrativo, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes.***

Com fulcro nas disposições legais acima referenciadas no Art. 206-A, adotaremos as recomendações do inciso IV para a presente licitação, pois apresenta a possibilidade contratação, precedida da regular processo licitatório, de modo a se escolher a proposta mais vantajosa, em regra, a que ofertar o menor preço atendendo as necessidades previamente especificadas, tornando possível a disponibilização dos exames médicos periódicos aos servidores de modo a atender a legislação vigente.

Por fim, a presente licitação possibilitará, também o atendimento do Art. 4º do Decreto nº 6856/2009, o qual orienta a Administração Pública na direção de continuidade da realização dessa importante ação de acompanhamento da saúde dos servidores, conforme a seguir:

**Art. 4** Os exames médicos periódicos serão realizados conforme os seguintes intervalos de tempo:

**I - bienal, para os servidores com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos;**

II - anual, para os servidores com idade acima de quarenta e cinco anos; e

III - anual ou em intervalos menores, para os servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e para os portadores de doenças crônicas.

Observamos, que o art. 4º prevê que a realização dos exames médicos periódicos devem acontecer de forma contínua respeitando as faixas etárias, o que poderá ser sanado pela contratação desses serviços de exames médicos periódicos através desse processo licitatório.

Por fim, busca-se a realização dos exames periódicos num quantitativo total aproximado de 360 (trezentos e sessenta) servidores/empregados públicos anistiados.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Humanos	CARLOS EDUARDO MENDES GALVÃO
ELISABETE TEIXEIRA SA FREIRE DE ABREU	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de empresa para realização de **exames médicos periódicos** dos servidores ativos, e comissionados, dos empregados públicos anistiados dos ocupantes de cargo de Natureza Especial – NES, e dos requisitados de outros órgãos, em exercício neste Ministério de Minas e Energia – MME, para avaliar a saúde geral dos servidores e empregados deste Ministério e seus fatores de risco para doenças que podem ser prevenidas ou tratadas com intervenção precoce, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

da execução indireta:

Os serviços a serem Contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada:

*"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

*I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*

*II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*

*III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*

*IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.*

*§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o Contratado.*

*§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta."*

Estando o serviço que se pretende contratar acolhido pelo normativo supracitado, o processo será instruído para análise da viabilidade da sua execução indireta, mediante de contratação de empresa que cumpra os requisitos a seguir elencados.

**Requisitos Gerais: Empresa de prestação de serviços devidamente registrada no Conselho Federal de Medicina que:**

I - Apresente Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante presta ou prestou, com qualidade, os serviços objeto desta contratação.

II - Apresente Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica, válido, comprovando que a empresa está inscrita no Conselho Regional de Medicina.

III - Apresente a cópia do registro profissional no Conselho Regional de Medicina (CRM) dos médicos envolvidos na prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como certificado de habilitação como médico do Trabalho daquele(s) médico(s) responsável(is) pelas Avaliações Clínicas.

IV - Além da qualificação citada, deverá preencher os requisitos do edital, incluindo os da habilitação nos termos da Lei n.º 14.133/2021. As sociedades empresárias

regularmente cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, e que estiverem habilitadas no mesmo, ficarão dispensadas de apresentar tais documentos.

V - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VI - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações dos Agentes Fiscalizadores da CONTRATANTE.

VII - Responsabilizar-se por todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes das ações judiciais por prejuízos havidos e originados da execução de suas obrigações e que possam ser arguidas contra o Ministério, por terceiros.

VIII - Cumprir todas as leis federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a CONTRATADA a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

IX - Responsabilizar-se pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, ficando obrigada a promover o ressarcimento pelo valor correspondente ou a reposição do material ou bem patrimonial por outro equivalente ou superior, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comunicação do Ministério de Minas e Energia. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento em faturas de pagamentos devidos à CONTRATADA, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito.

X - A contratada deverá entregar ao servidor ou empregado público, recibo dos exames que foram realizados, no momento da coleta e os resultados dos exames realizados atinentes ao grupo 1, diretamente à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério de Minas e Energia, em meio físico, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir do término do período de sua realização; e, para os casos eventuais em que forem demandados quaisquer exames desse grupo após o período fixado, a entrega de laudos e resultados se processará no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da realização dos exames de cada servidor ou empregado público para serem inseridos nas planilhas de controle que farão parte dos autos do processo de pagamento;

XI- Eventualmente, nos 60 (sessenta) dias úteis subsequentes, poderão ser realizados exames médicos laboratoriais do grupo 1, mediante apresentação de formulário/ofício próprio, emitido pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério de Minas e Energia, em papel timbrado, e assinado por responsável previamente identificado, apresentado pelo servidor ou empregado à unidade habilitada de atendimento e coleta da contratada, objetivando a realização de exames dos servidores ou empregados públicos afastados por motivo de férias ou pelas demais licenças e

afastamentos considerados como de efetivo exercício, em unidade devidamente habilitada para tal, no local mais próximo ao trabalho do servidor ou empregado público anistiado;

XII - A contratada deverá fornecer as agendas de atendimento atinentes aos grupos 2 e 3, com antecedência mínima de sete dias e encaminhadas por e-mail ao Ministério (elizabethabreu@mme.gov.br);

XII- A contratada deverá entregar os laudos e resultados dos exames realizados atinentes aos grupos 2 e 3, diretamente à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério de Minas e Energia, em meio físico, em até 10 (dez) dias, após a realização dos exames de cada servidor ou empregado público para serem inseridos nas planilhas de controle que farão parte dos autos do processo de pagamento;

XIII- Apresentar os envelopes com os resultados dos exames devidamente lacrados, com identificação do servidor a que eles se referem na parte externa do envelope, para que se mantenha total sigilo quanto aos resultados;

XIV - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

XV - Refazer os serviços rejeitados pela Fiscalização/Contratante, devido ao uso de materiais que não sejam os especificados e/ou qualificados como não sendo de primeira qualidade, ou considerados como mal executados, com mão-de-obra devidamente qualificada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do aviso de rejeição; e

XVI- Só serão pagos os exames que forem realizados, mediante os resultados impressos apresentados pela empresa.

OBS: referido rol é exemplificativo e norteador, cabendo o Termo de Referência dispor sobre demais peculiaridades.

## **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art.225 da Constituição Federal/1988, e em conformidade com a Lei nº 14133/2021.

Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente a este Termo de Referência;

Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente;

Preferir fabricantes que detenham a ISO 14001, que é uma norma internacionalmente reconhecida que define o que deve ser feito para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) efetivo;

Preferencialmente, que os equipamentos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora;

Preferir fabricantes de equipamentos que apresentam baixo consumo de energia elétrica, preferencialmente aqueles com o selo Procel e certificados pelo Inmetro;

Observar quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

Que os equipamentos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;

Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/2003;

Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões

elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/2001, Decreto nº 10.779/2021, Portarias INMETRO nº 289/2006 e nº 243/2009;

Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

## 6. Levantamento de Mercado

A contratação de empresa para realização de **exames médicos periódicos**, foi o tipo de solução a contratar escolhida, por ser mais eficiente e eficaz e já experimentada neste Ministério.

Considerando as peculiaridades do Quadro de Pessoal deste Ministério como idade, sexo os exames foram distribuídos em três grupos, Laboratoriais (itens 1, 2, 3), Mamografia (item 4) e Oftalmológico (item 5).

Os itens 1, 2, 3 (Laboratoriais) poderão ser realizados os exames nas dependências do Ministério no serviço médico, nos dias determinados.

Os itens 4 e 5 (Mamografia e Oftalmológico) serão encaminhados para realização desses exames médicos e avaliações clínicas em Hospitais e Clínicas Especializadas.

Acrescenta-se que o enquadramento do bem e serviço a ser contratado como bem e serviço comum.

Por fim, segue tabela contendo os pontos acima referenciados:

Alternativa	Descrição	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Alternativa 1</b>	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços objeto dessa contratação nas Dependências do MME.	Maior comodidade ao servidor/empregado, garantia de acessibilidade, redução valor proposta	Comprometimento recursos do MME



<b>Alternativa 2</b>	Encaminhamento dos servidores /empregados para realização de exames e avaliações em Hospitais e Clínicas Especializadas.	Manutenção e prevenção da saúde do servidor /empregado.	Maior custo para a Administração para Administração e fal estímulo do servido /empregado em decorrência do deslocamento para 1 os exames.
----------------------	--	---	---

grupo 1 - alternativa 1 (MME possui unidade de saúde para receber equipe para exar laboratoriais).

**Alternativa escolhida**

grupos 1,2,3, itens 1, 2, 3, 4 e 5 - alternativa 2 (após o decorrido da realização dos ex dentro do Órgãos para os itens 1 a 3 e, em decorrência dos equipamentos necessários realização dos exames para os itens 4 e 5).

## 7. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa especializada para, por demanda, realizar **exames médicos periódicos** nos servidores ativos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos servidores nomeados exclusivamente para o exercício de cargos em comissão, dos empregados públicos anistiados que compõem o quadro especial em extinção, sob o regime celetista, dos ocupantes de cargo de Natureza Especial – NES, e dos requisitados de outros órgãos, em exercício neste Ministério de Minas e Energia – MME, visando avaliar a saúde geral dos servidores/empregados e seus fatores de risco para doenças que podem ser prevenidas ou tratadas com uma intervenção precoce, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os exames serão distribuídos em 3 grupos:

OBS: as quantidades foram estimadas tendo como base o quantitativo de servidores nas faixas etárias definidas nos grupos.

Grupo 1			
ITENS	Exames laboratoriais	Indicação	Quantidade
I	Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e frações (HDL, LDL e VLDL); triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); e ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP).	Exame aplicado em homens e mulheres com idade de 45 anos até 49 anos	50
II	Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e frações (HDL, LDL e VLDL); triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico).	Exame aplicado em mulheres com idade igual ou superior a 50 anos	125
III	Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e frações (HDL, LDL e VLDL); triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); e PSA (livre e total).	Exame aplicado em homens com idade igual ou superior a 50 anos	185
Valor : R\$ 94.742,98			
Grupo 2			
ITEM	Tipo de exame	Indicação	Quantidade

<b>IV</b>	Mamografia com avaliação clínica e laudo médico (filme incluído)	Exame aplicado em mulheres com idade igual ou superior a 50 anos	125
Valor: R\$ 28.424,06			
<b>Grupo 3</b>			
<b>ITEM</b>	<b>Tipo de exame</b>	<b>Indicação</b>	<b>Quantidade</b>
<b>V</b>	Oftalmológico com avaliação clínica e laudo médico referente à acuidade visual com ou sem correção, refração, biomicroscopia, fundo de olho, tonometria, motilidade e senso cromático.	Exame aplicado em homens e mulheres com idade igual ou superior a 45 anos	360
Valor: R\$ 55.800,00			
Valor Total: R\$ 178.967,04			

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 178.967,04

A estimativa da contratação para os três lotes (exames laboratoriais, Mamografia e Oftalmológico) é de aproximadamente de R\$ 178.967,04 (cento e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e quatro centavos).

Referidos valores foram estimados após as pesquisas de preços realizadas pela equipe de planejamento da contratação que encaminhou as propostas aos principais laboratórios de Brasília.

Os documentos serão anexados ao presente.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Entendemos que a solução é passível de parcelamento, todavia não é viável pois, o aumento dos custos administrativos quando os benefícios do parcelamento não compensam o aumento dos custos e das dificuldades administrativas da gestão contratual.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não há contratos correlatos.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

No Planejamento Estratégico do Ministério de Minas e Energia um dos valores pilares são o da Valorização das Pessoas. Nesse sentido a presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do Ministério e com as atribuições da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, pois tem por objetivo implantar ações visando a prevenção de doenças do servidor, de forma a inibir o absenteísmo no ambiente corporativo, e contribuindo, ainda, para uma vida mais saudável do corpo funcional e proporcionando a prestação de melhores serviços à sociedade e de modo mais eficaz.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Valorização e assistência à saúde aos servidores/empregados do MME, alinhados às estratégias organizacionais e às orientações do órgão Central do SIPEC;

Melhor gestão da saúde dos servidores/empregados do MME.

Aumento da produtividade dos servidores/empregados do MME, por conta da redução do índice de ausências decorrentes de problemas médicos.

## **14. Providências a serem Adotadas**

Os exames laboratoriais e avaliações clínicas serão realizados no Serviço Médico deste Ministério, no prazo a ser estipulado na contratação, não havendo necessidade de deslocamento dos servidores para sua realização.

Os Grupos de servidores abarcados pelos exames de Mamografia (Exame aplicado em mulheres com idade igual ou superior a 50 anos) e Oftalmológico (Exame aplicado em homens e mulheres com idade igual ou superior a 45 anos) deverão ser realizados nas Clínicas que forem contratadas, haja vista que esses exames exigem maquinário especializado para sua realização, sendo necessário o deslocamento do servidor para sua realização.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados elementos que possam gerar impacto ambientais.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de planejamento Declara viável esta contrataç

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRENNA KAREN DE OLIVEIRA**

analista tec administrativo



Assinou eletronicamente em 14/02/2025 às 15:46:36.